

Planalto anuncia convocação do Congresso

Collor interrompe férias dos parlamentares para apressar a votação de Medidas Provisórias

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor assina hoje a mensagem de convocação extraordinária do Congresso Nacional a partir de quarta-feira, dia 10. Os parlamentares estão sendo chamados a Brasília para votar a Medida Provisória sobre salários — reeditada ontem por Collor —, a que dispõe sobre as mensalidades escolares, a que fixa nova base de cálculo e alíquotas para a cobrança do Imposto Territorial Rural, e a que trata da extinção ou privatização do Lloyd Brasileiro. A mensagem convocando os congressistas será publicada amanhã no Diário Oficial.

A decisão de convocar o Congresso em pleno recesso e dias antes da posse dos novos parlamentares foi tomada ontem de manhã. O porta-voz da

Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, admitiu que há riscos de falta de quórum para apreciação das medidas. "Mas o presidente cumpriu seu dever", justificou. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, o maior defensor da convocação, também prevê dificuldades para reunir o Congresso. "O governo precisa tentar", disse o ministro, antes de reunir-se com Collor.

Segundo Cláudio Humberto, o governo decidiu convocar o Congresso porque avaliou que o País não pode ficar sem uma lei salarial. O ministro da Justiça defendeu também a aprovação das outras Medidas Provisórias. "A questão do Lloyd, que provocou tanta polêmica, precisa ser decidida", disse Passarinho. Além disso, o ministro insistiu na necessidade da aprovação da Medida que fixa novas bases para cobrança do Imposto Territorial Rural, sob pena de só conseguir aplicá-la em 1992.

O consultor-geral da República, Célio Silva, confirmou

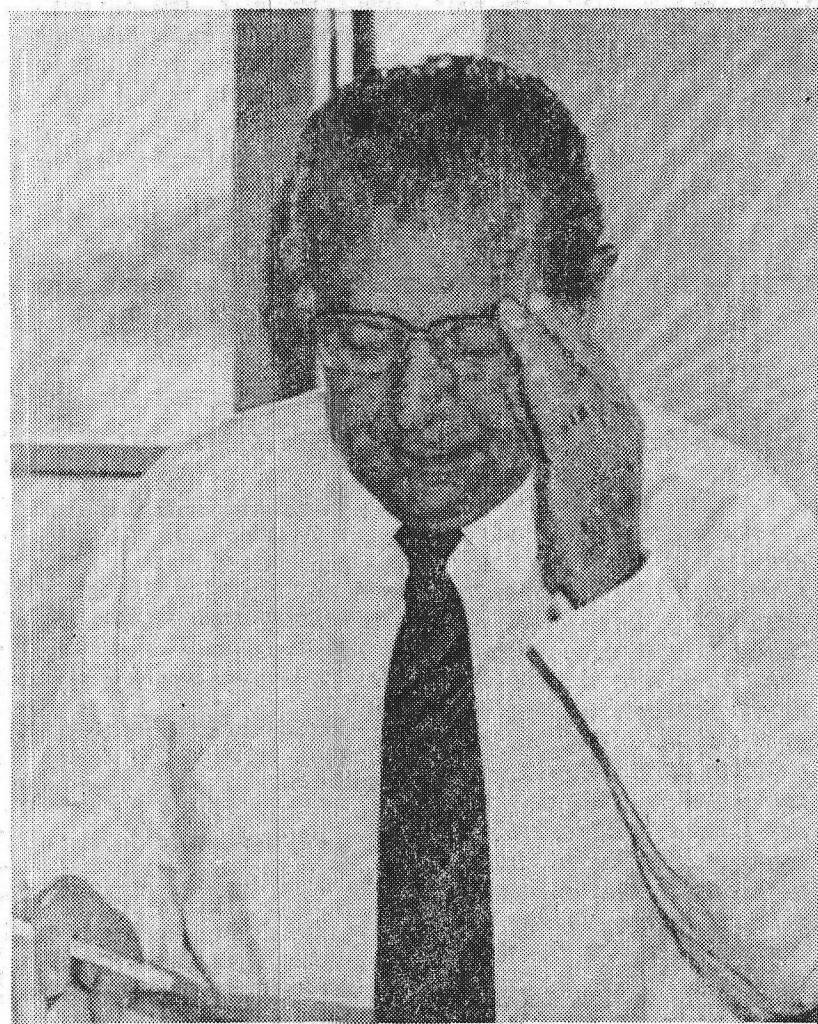
que o projeto de conversão de política salarial aprovado por acordo de liderança durante o último esforço concentrado do Congresso será integralmente vetado por Collor, antes do dia 10, prazo fatal para apreciação pelo governo. Collor quer que sua decisão coincida com a reedição da nova Medida. O consultor disse que Collor não tinha como deixar de vetar o projeto totalmente porque a maioria dos seus artigos altera a substância do plano econômico do governo. "Tem de tudo neste projeto", criticou Célio Silva. "Tem abono, indexação, gatilho etc", acrescentou. A medida reeditada por Collor prevê um abono em cascata, a ser pago neste mês, aos trabalhadores do setor privado.

BOM HUMOR

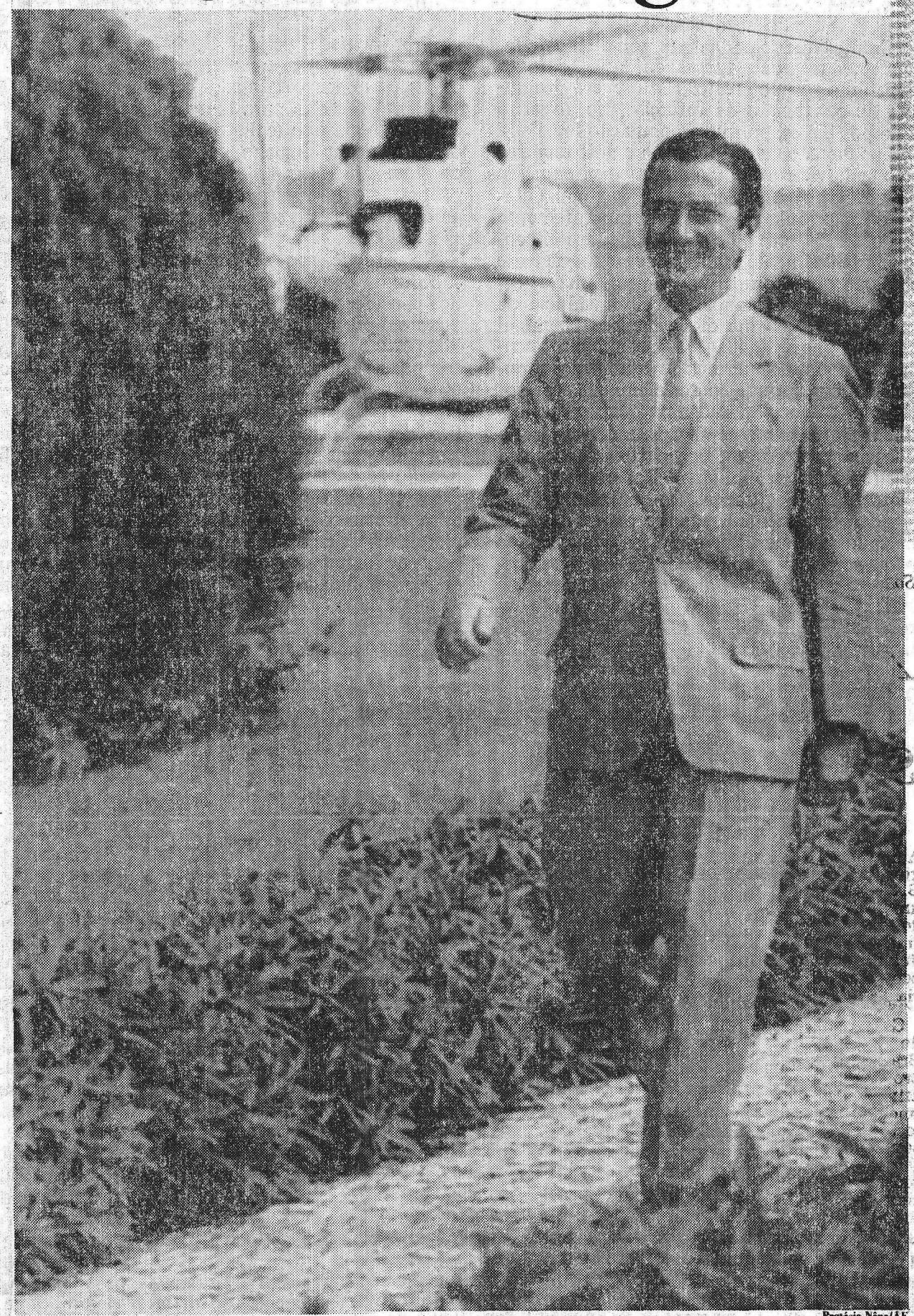
O primeiro dia de trabalho do presidente Fernando Collor em 1991 começou com bom humor e descontração. A todos que entravam em seu gabinete Collor saudava com votos de "Feliz Ano Novo" e cumprimentava com um abraço. "Bem, minha gente. Vamos ao trabalho", afirmou o presidente a auxiliares. Antes da reunião, comunicou que seu cunhado e secretário-geral da Presidência, embaixador Marcos Coimbra, que se submeteu a uma cirurgia renal, está praticamente recuperado. Mas não disse se ele voltará ao cargo.

Participaram da reunião o chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho, o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni; o secretário particular, Cláudio Vieira; o consultor-geral da República, Célio Silva, e o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Collor aceitou os argumentos de Passarinho a favor da convocação do Congresso Nacional. Decidiu também reeditar integralmente a Medida Provisória sobre salários e vetar, também na íntegra, o projeto de conversão salarial aprovado pelo Congresso no último esforço concentrado.

Em seguida, Collor despatchou com o ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, para discutir os vetos à Política Agrícola aprovada pelo Congresso Nacional. Almoçou no Palácio do Planalto e às 15 horas iniciou uma reunião sobre privatizações de estatais, quando avaliou o que o governo já fez no setor.



Passarinho, autor da idéia: reunião convenceu Collor



Collor chega sorridente ao Planalto após descanso em Angra: um dia de reuniões com auxiliares